

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em conformidade com as Normas Legais e Estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras da Notre Dame Intermédica Saúde S.A., relativas aos exercícios de 2015 e 2014 de acordo com a Legislação vigente...

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

Table with columns for Ativo and Passivo, showing 2015 and 2014 values. Total do ativo: 1.910.802; Total do passivo e do patrimônio líquido: 991.351.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Table showing changes in net equity for 2015 and 2014. Saldo em 31 de dezembro de 2013: 189.845; Saldo em 31 de dezembro de 2014: 486.379; Saldo em 31 de dezembro de 2015: 824.322.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (doravante denominada por "Companhia" ou "Operadora"), empresa controlada pela BCBF Participações S.A. (BCBF), com sede em São Paulo à Avenida Paulista, nº 867 - Bela Vista, Estado de São Paulo...

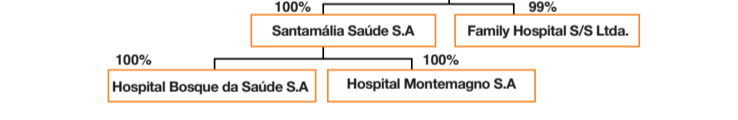
Em Assembleia Geral Extraordinária de 22 de julho de 2015, foi aprovado pelos acionistas da Operadora à compra de 100% das ações da Operadora de plano de saúde suplementar Santamália (doravante denominada por "Grupo Santamália") e suas controladas, que conta com 258 mil usuários, 17 clínicas, 5 prontos-socorros e 2 hospitais próprios, com sede em São Paulo à Rua Hermínio Lemos, nº 385 - Bairro Cambuci, Município de São Paulo, Estado de São Paulo...

A aquisição da Operadora Santamália foi submetida à apreciação da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS que autorizou através do ofício nº 823/2015/DIOPE(ASSNT)/ANS, a assunção do controle societário em 9 de novembro de 2015 e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE aprovou e publicou no Diário Oficial da União em 14 de outubro de 2015, conforme Ato de Concentração nº 08700.008189/2015-98.

A mudança do controle acionário do Grupo Santamália ocorreu em 16 de novembro de 2015 com a assinatura do contrato de compra de venda entre as partes. O laudo de aquisição foi elaborado por empresa independente apresentando ágio de R\$ 136.905 e mais valia de ativos imobilizados, intangíveis e força de trabalho no montante de R\$ 66.238.

Em 23 de dezembro de 2015, através de instrumento particular de compra e venda, a Companhia Intermédica Saúde S.A., anteriormente denominada por "Hospital Family S/S Ltda.", localizada na Rua João Santucci, 250 a 270 - Vila Lúzia, na cidade de Taboão da Serra - SP. O Family tem por objetivo a exploração das atividades de gestão de serviços inerentes a hospitais e ambulatórios, e assistência médica e hospitalar em geral.

O laudo de aquisição foi elaborado por empresa independente apresentando ágio de R\$ 76.560 e mais valia de ativos intangível e força de trabalho no montante de R\$ 18.307.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela ANS...

b) Comparabilidade
As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2014, conforme disposições do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos e das normas emitidas pela ANS. Certos saldos das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram objeto de reclassificações para fins de comparabilidade com as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (vide detalhes na nota explicativa 2c).

c) Reapresentação dos saldos de exercícios anteriores
As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 estão sendo reapresentadas para melhor comparabilidade, conforme disposto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erros em virtude das reclassificações abaixo:

- Reconhecimento das contraprestações antecipadas no que contraria a Resolução Normativa (RN) 322/2013. Os valores antecipados foram subtraídos das contas de ativos e passivos nas rubricas "Contraprestações pecuniárias a receber" e "Provisão e contraprestações não ganha" (PPCNG), respectivamente, não afetando o resultado e o patrimônio líquido da Companhia.
- Reclassificação do ativo fiscal diferido anteriormente classificado no circulante para o não circulante, mantendo a sua totalidade apresentada no não circulante, de acordo com a CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.
- Abertura separada para ativo fiscal diferido, anteriormente classificado juntamente com os créditos tributários, contrariando o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro e estrutura do plano de contas e modelo de publicação da ANS.
- Abertura separada para o ativo imobilizado em curso, anteriormente classificado juntamente com "Outras imobilizações", contrariando a estrutura do plano de contas e modelo de publicação da ANS.
- Reclassificação de outras receitas operacionais, classificadas como receitas de assistência médico-hospitalares.
- Reclassificação das despesas com créditos incorráveis, classificadas como despesas administrativas, para a rubrica "Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde".

Comparação às demonstrações financeiras retificadas:
31 de dezembro de 2014
Publicado anterior-mente Saldos reclassificados reapre-mentados 234.280

Ativo Circulante: Disponibilidades 4.561, Aplicações financeiras 162.289, Contraprestações pecuniárias/prêmios a receber 38.277, Despesas diferidas 2.139, Créditos tributários e previdenciários 25.351, Bens e títulos a receber 860, Total do ativo circulante 233.477.

Ativo Não Circulante: Realizável a longo prazo 91.801, Ativo Fiscal diferido 59.942, Total do ativo não circulante 151.743, Total do ativo 385.220.

Passivo Circulante: Obrigações tributárias 411, Adiantamento de clientes 444, Fornecedores 1.420, Total do passivo circulante 2.275, Acervo líquido cindido 263.217, Total passivo 265.492.

Passivo Não Circulante: Provisões técnicas de operações de assistência à saúde 126.275, Comercialização de operações 2.120, Provisão para imposto de renda e contribuição social 16.615, Tributos e encargos sociais a recolher 3.293, Débitos diversos 14.731, Total do passivo não circulante 163.034.

Passivo Ativo Circulante: Provisões para ações judiciais 3.735, Provisões para tributos diferidos 5.127, Débitos diversos 95, Total do passivo não circulante 8.957, Total passivo não circulante 171.981, Total do acervo líquido 216.211.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Table with columns for 2015 and 2014 values. Resultados operacionais: 2.665.734 (2015) vs 1.788.700 (2014). Resultado líquido do exercício: 181.519 (2015) vs 29.254 (2014).

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Table showing comprehensive results for 2015 and 2014. Lucro líquido do exercício: 181.519 (2015) vs 29.254 (2014).

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Table showing cash flows for 2015 and 2014. Atividades operacionais: 2.665.734 (2015) vs 1.788.700 (2014). Caixa líquido das atividades operacionais: 360.453 (2015) vs 2.957 (2014).

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Table showing cash flows for 2015 and 2014. Caixa líquido das atividades operacionais: 360.453 (2015) vs 2.957 (2014).

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Table showing cash flows for 2015 and 2014. Caixa líquido das atividades operacionais: 360.453 (2015) vs 2.957 (2014).

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Table showing cash flows for 2015 and 2014. Caixa líquido das atividades operacionais: 360.453 (2015) vs 2.957 (2014).

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Table showing cash flows for 2015 and 2014. Caixa líquido das atividades operacionais: 360.453 (2015) vs 2.957 (2014).

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Table showing cash flows for 2015 and 2014. Caixa líquido das atividades operacionais: 360.453 (2015) vs 2.957 (2014).

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Table showing cash flows for 2015 and 2014. Caixa líquido das atividades operacionais: 360.453 (2015) vs 2.957 (2014).

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Table showing cash flows for 2015 and 2014. Caixa líquido das atividades operacionais: 360.453 (2015) vs 2.957 (2014).

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Table showing cash flows for 2015 and 2014. Caixa líquido das atividades operacionais: 360.453 (2015) vs 2.957 (2014).

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Table showing cash flows for 2015 and 2014. Caixa líquido das atividades operacionais: 360.453 (2015) vs 2.957 (2014).

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Table showing cash flows for 2015 and 2014. Caixa líquido das atividades operacionais: 360.453 (2015) vs 2.957 (2014).

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros desse ativo.

d) Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são ajustados a valor presente, quando relevantes. Na data do balanço não foram apurados ajustes em decorrência da aplicação dessa prática contábil.

e) Provisão para perdas sobre créditos

A provisão para perdas sobre créditos é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos com pessoa física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica, salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração. Adicionalmente, é constituída provisão para todas as parcelas a vencer desses contratos. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos é utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa nº 290/2012 da ANS.

f) Investimento

Os investimentos são contabilizados inicialmente pelo seu valor de custo, e são ajustados através do método de equivalência patrimonial, conforme detalhado na nota explicativa 13.

g) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo, acrescido do ajuste resultante de reavaliação dos imóveis até 31 de dezembro de 2008. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a Operadora decidiu manter os saldos existentes na reserva de reavaliação até a data da sua efetiva realização, ocorrida em 30 de setembro de 2015. As depreciações são calculadas pelo método linear, levando em consideração a expectativa da vida útil e econômica dos bens.

h) Intangível e) Representado principalmente por ágio pago nas aquisições de investimentos e gastos com desenvolvimento de sistemas. A amortização do ágio foi efetuada até 31 de dezembro de 2008, pela taxa mencionada na nota explicativa 15. A partir do exercício de 2009, a amortização contábil do ágio referente à rentabilidade das empresas adquiridas fundamentada na geração de lucros futuros não é mais permitida, passando a avaliação do saldo a ser feita pelo teste de recuperabilidade (impairment). Os demais intangíveis com vida útil econômica são amortizados pelo método linear, pelas taxas mencionadas na nota explicativa 15.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

É efetuada a análise do valor de recuperação dos ativos não financeiros, com a finalidade de: (i) verificar se há perda por redução ao valor de recuperação (impairment), e (ii) medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de constituir provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação.

Os agenciamentos são diferidos e amortizados nos ativos não financeiros foram revisados para a identificação de evidências de perdas não recuperáveis. Administração considera desnecessária a contabilização de provisão para perdas de seus ativos não financeiros.

l) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA), é constituída para a cobertura de eventos ocorridos e não avisados, sendo calculada com base em nota técnica atuarial submetida e aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

A provisão para eventos a liquidar é constituída com base nas notificações recebidas dos prestadores de serviços que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço.

A provisão de remissão é constituída para os beneficiários que ficaram isentos dos pagamentos das contraprestações em um determinado período conforme cobertura do contrato.

A provisão de eventos/sinistros a liquidar para SUS correspondente aos custos de assistência de seus beneficiários que utilizarão a rede de atendimento a saúde pública.

k) Despesas de comercialização atendidas A comercialização de operações de assistência à saúde por meio de vigência dos contratos e são refletidas no saldo da conta "Despesas diferidas".

l) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente à periodicidade de cobertura do risco incorrido (pro rata die).

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos e ainda é registrado na conta "Provisão de Contraprestação Não Ganha - PPCNG", classificada no passivo circulante. As competições pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

m) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Os custos dos serviços com base nas notas credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas), são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos classificados.

n) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros".

o) Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes

A avaliação das contingências passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Exceto Passivos Contingentes e de Futuros eventos emido pelo Comitê de Provisões Constituídas.

As provisões são constituídas considerando a opinião dos assessores jurídicos; a capa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda provável são integralmente provisionados.

Obrigações legais decorrem de discussões administrativas ou judiciais cujo objeto de contestação à sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, de acordo com a legislação aplicável.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

o) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio Assim como o reconhecimento de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Operadora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que são aprovados em assembleia.

q) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 mil exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente. Os tributos diferidos atribuíveis às diferenças temporais são registrados no ativo ou no passivo, no pressuposto de sua realização futura.

Adicionalmente, são constituídos: (i) provisão para imposto de renda e contribuição social sobre diferença temporária, e (ii) créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos. É registrada provisão para perdas quando não houver fortes evidências de realização dos saldos.

o) Lucro por ação O lucro por ação é calculado dividindo o lucro pelo número de ações nominativas em poder dos acionistas no fechamento dos exercícios finais em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

4. GERENCIAMENTOS DE RISCOS

A Operadora opera exclusivamente com planos de saúde, destinando a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e clientes individuais. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Operadora são os riscos de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A Administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela sua Administração.

Risco de crédito

Um dos riscos de crédito advém da possibilidade de não receber valores decorrentes das contraprestações de saúde. A política de crédito considera as peculiaridades das operações de plano de saúde que é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. Por meio de controles internos adequados, a Operadora monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos é utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa nº 290/2012 da ANS e está descrita na nota explicativa 3e.

Outro risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Operadora a incorrer em perdas financeiras. A Operadora adota a política de aplicação em títulos exclusivamente pós-fixados de emissão de instituições financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs emitidos sempre por bancos de primeira linha (bancos com rating nacional de longo prazo "AAA" conforme classificação pela Agência Fitch), com liquidez imediata, em operações comprometidas/lastreadas em debêntures, emissões por empresas de Leasing controladas por bancos de primeira linha, com garantia de reappraise pelo Banco controlador, em fundo de renda fixa do título BDBA (Investment Grade Renda Fixa Crédito Privado) composto exclusivamente por papéis de instituições financeiras de primeira linha e/ou papéis públicos, bem como em aplicações diretamente em títulos públicos, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas e incluem a necessidade de alocação de recursos em conformidade com a Resolução Normativa 274 de 20 de outubro de 2011, da ANS, para a garantia das provisões técnicas.

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco pelo equacionamento do volume de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos. Para isso a Operadora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

Gerenciamento do risco de liquidez

Aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Table with columns: Disponivel e aplicações financeiras, Valor, Carteira, Valor, Carteira. Rows include Imediata, De 31 a 120 dias, De 241 a 360 dias, Acima de 361 dias.

Casamento dos Ativos e Passivos (ALM)

A Gestão de Ativos e Passivos é efetuada utilizando a metodologia ALM (Assets and Liabilities Management). Esta metodologia consiste num processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias de gestão de ativos e passivos com o objetivo de atingir determinado retorno com determinado nível de risco.

Table with columns: Sem vencimento, Até 1 ano, Até 1 ano e 1 a 5 anos, Vencer entre 1 a 5 anos, Total. Rows include Ativo, Disponivel, Aplicações financeiras, Créditos de operações com planos de assistência à saúde (*), etc.

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, pode afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras e equivalentes de caixa.

Considerando as taxas de juros de CDI de 14,14% a.a em 31 de dezembro (11,57% a.a em 2014), elevando ou reduzindo 10% desta taxa, e todas as outras variáveis se mantiverem constantes os impactos no patrimônio líquido e resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 aumentariam/diminuiriam em R\$6.677 (R\$2.070 em 2014).

Sensibilidade à taxa de juros

Table showing impact on net equity/resultado for 2015 and 2014 under different interest rate scenarios.

Fator de risco

Table with columns: 2015, 2014, 2015, 2014. Rows include Redução da taxa de juros (>10%), Elevação da taxa de juros (>10%), etc.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

Table with columns: Vencimentos, Sem vencimento, Valor, Valor contábil, Total. Rows include Letras Financeiras do Tesouro - LFT (I), Certificado de Depósitos Bancários - CDB (II), Debêntures pós-fixada (III), etc.

Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

(ii) Emissores: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, HSBG, Banco Itaú e Banco Santander.

(iii) Operações compromissadas lastreadas com debêntures com os seguintes emissores: Banco Bradesco, Banco Itaú e Banco do Brasil.

(iv) Os fundos são administrados pelo Itaú Asset Management e Bradesco Asset Management.

As aplicações têm remuneração diária vinculada à taxa dos CDBs com vencimentos variáveis até março de 2021. Essas aplicações estão classificadas no ativo circulante, independentemente de seu vencimento em virtude de estarem classificadas no categoria "Valor justo por meio do resultado".

a) Movimentação das aplicações financeiras

Table with columns: 2015, 2014. Rows include Saldo inicial do exercício, Saldo incorporado (Notre Dame Seguradora), Aplicação, Resgate, etc.

Saldo incorporado (Notre Dame Seguradora) 155.792 826.077

Aplicação 2.341.917 799.247

Resgate (2.245.463) (799.247)

IRRFF (10.211) (1.552)

Resultado financeiro 51.518 17.654

Ajuste a valor de mercado (228) -

Saldo final do exercício 472.238 178.913

b) Garantia das provisões técnicas

2015 2014

Certificados de Depósito Bancário - CDBs 51.739 7.556

Letras Financeiras do Tesouro - LFT 149.046 99.418

Depósito judicial SUS 54.157 43.734

Imóveis 43.481 42.976

Total 298.423 193.684

(-) Provisões técnicas (257.989) (157.950)

Suficiência de cobertura 40.434 35.734

c) Desempenho da carteira de aplicações financeiras

A administração mensura o desempenho sobre o valor justo de suas aplicações através da Taxa Interna de Retorno (TIR) no exercício, utilizando como parâmetro a variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2015, o desempenho médio no ano da carteira da Operadora atingiu 101,33% do CDI (100,6% em 2014).

d) Determinação do valor justo

Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

Os títulos de renda fixa privados tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros, são definidos pelo administrador e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BM&FBovespa para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de regulamentação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Para a determinação do valor justo das debêntures são utilizadas as cotações diárias fornecidas pela ANBIMA e para aquelas sem cotação utiliza-se metodologia própria - "mark to model" - com base nas cotações de negócios realizados e divulgados no Sistema Nacional de Debêntures (SND).

As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação.

e) Hierarquia de valor justo

Os valores de referência foram definidos como se segue:

• Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo;

• Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável;

• Nível 3: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

Em 31 de dezembro de 2015, as aplicações financeiras são classificadas no nível 1 (títulos públicos e debêntures compromissadas) e nível 2 (CDBs, fundos e outros).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Operadora não efetuou transferências entre as classificações dos ativos financeiros, bem como não houve transferências entre níveis hierárquicos.

6. CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a composição de contas a receber de clientes está detalhada a seguir:

Table with columns: 2015, 2014. Rows include Saldo incorporado residual (Notre Dame Seguradora), Adições, etc.

Saldo incorporado residual (Notre Dame Seguradora) 117 -

Adições - (3.277) -

Amortizações 375 9.369

Amortizações acumuladas 375 29.993

Saldo em 31 de dezembro de 2015 375 9.369

Taxa anual de amortização (%) 10,0% 9,6%

(a) Refere-se ao ágio financiado na geração de lucros futuros pagos na aquisição de investimentos das empresas (Medicamp, RH Vida e Norclínica) que foram posteriormente incorporadas. Até 31 de dezembro de 2008, esses valores eram amortizados linearmente pelo prazo de 5 anos. A partir dessa data, passaram a ser avaliados somente por testes de recuperabilidade (impairment).

16. PROVISÕES TÉCNICAS

a) Provisão de eventos a liquidar está demonstrada a seguir:

Table with columns: 2015, 2014. Rows include Saldo no início do exercício, Avisos recebidos da rede credenciada, etc.

Saldo no início do exercício 169.343 142.400

Avisos recebidos da rede credenciada líquidos de glosas 1.936.060 1.333.012

Co-participação 24.169 23.095

Gastos com rede própria classificada em eventos indenizáveis líquidos (470.076) (422.744)

Pagamentos efetuados para a rede credenciada (1.411.587) (906.464)

Saldo no final do exercício 277.909 169.343

Em 3 de junho de 1998, o Governo Federal promulgou o Lei nº 9.656, a qual prevê o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde - SUS dos gastos incorridos no atendimento a usuários de planos de saúde quando da utilização da rede pública. A Operadora está contestando esta cobrança por meio de seus advogados, inclusive a constitucionalidade do ressarcimento ao SUS. Para esta demanda, a Companhia efetuou depósito judicial conforme descrito na nota explicativa 20.

b) Variações das provisões técnicas

Table with columns: 2015, 2014. Rows include PEONA (I), PPCNG (II), Remissão (III)

PEONA (I) 45.087 19.831

PPCNG (II) 1.936 52

Remissão (III) 60.332 564

Variação das provisões no exercício 11.846 5.105

Saldo em 31 de dezembro de 2015 117.465 24.336

(i) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA), classificado no passivo circulante, é apurado por meio de estudo atuarial (Nota Técnica) e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorridos, mas que não tenham sido notificados à Operadora.

(ii) Provisão de prêmios e contraprestações não ganhas (PPCNG), classificadas no passivo circulante, são receitas pertinentes a períodos de cobertura de meses posteriores.

(iii) Provisão para remissão, classificado no passivo circulante e não circulante, são provisões para serem feitas a isenção de contraprestações pelos beneficiários, conforme o contrato.

17. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

Table with columns: 2015, 2014. Rows include Imposto sobre serviços (ISS), Contribuição previdenciária, FGTS, PIS e COFINS, etc.

Imposto sobre serviços (ISS) 39.980 22.341

Contribuição previdenciária 7.690 6.892

FGTS 2.330 2.010

PIS e COFINS 4.457 2.532

Contribuições sindicais e assistenciais 32 54

Outros 1.622 1.417

Impostos devidos a recolher 56.111 35.246

Imposto de renda - funcionários 3.581 3.220

Imposto de renda - terceiros 1.463 990

Imposto sobre serviços 2.268 2.490

Contribuição previdenciária retida 369 199

Retenção PIS/COFINS/CSLL 3.299 249

Outros impostos retidos 1.641 471

Impostos retidos a recolher 12.921 7.623

Tributos e encargos a recolher 69.032 42.869

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

A Companhia adquiriu equipamentos hospitalares através de contratos de leasing/FINAME, os quais têm as seguintes características:

Table with columns: Indexador, Juros a.a, 2015, 2014. Rows include Leasing, Leasing, FINAME

Indexador CDI 14,14% 404

CDI 14,14% 310

CDI 14,14% 1.320

2.034

Circulante 601

Não circulante 1.433

Segue cronograma de amortização:

Table with columns: Valor acordado, Até 12 meses, 13 a 24 meses, 25 a 36 meses, 37 a 48 meses, 49 a 60 meses. Rows include 2.034, 601, 596, 596, 156, 85

19. DÉBITOS DIVERSOS

Table with columns: 2015, 2014. Rows include Obrigações com pessoal, Fornecedores, Depósito de terceiros, etc.

Obrigações com pessoal 71.671 41.136

Fornecedores 43.623 25.070

Depósito de terceiros 1.682 5.799

Recebimento antecipado cliente 7.764 -

Obrigações contratuais (a) - 10.351

Débitos diversos 6.443 5.411

Circulante 131.188 87.767

Obrigações contratuais (a) 16.797 21.420

Outros 1.368 3.028

Não circulante 18.165 24.448

Total 149.353 112.215

Refere-se à obrigação contratual do CCV (contrato de compra e venda), em que a Operadora transferiu os imóveis referentes ao Hospital Santa Cecilia e Hospital Sorocaba, no montante de R\$32.608 para PSBB - Administração e Participações Ltda. (empresa dos antigos acionistas/quotistas do Grupo Notre Dame Intermédica) imóveis localizados no Estado de São Paulo, nos termos do contrato de compra e venda, com a respectiva autorização do órgão regulador de liberação dos gravames de vinculação à ANS, a transferência ocorreu em 27 de agosto de 2015, concomitantemente as propriedades foram alugadas, a valor de mercado corrigido pelo "IGPM/FGV", por um prazo de 15 anos.

Não circulante

Refere-se basicamente à aquisição do Grupo Santamãias e Family Hospital S/S Ltda. Ocorridos no exercício de 2015, para os quais a operadora assumiu obrigações contratuais conforme estabelecido no contrato de compra e venda no montante R\$ 5.000 referente ao grupo Santamãias e R\$ 11.500 referente ao Family Hospital, respectivamente, conforme detalhamento na nota explicativa 1.

20. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

Durante o curso normal de seus negócios, a Operadora fica exposta a certas contingências e riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, cíveis e tributários em discussão nas instâncias administrativas e judiciais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

2. Trabalhistas
A Operadora é parte reclamada em certas ações de natureza trabalhista, sendo que aquelas com probabilidade de perda provável encontram-se provisionadas pelos valores estimados de perda informados pelos seus consultores jurídicos.

3. Cíveis
A Operadora é parte reclamada em certas ações de natureza cível, sendo que aquelas com probabilidade de perda provável encontram-se provisionadas pelos valores estimados de perda informados pelos seus consultores jurídicos.

4. Depósitos judiciais do SUS
A Operadora questiona judicialmente os valores cobrados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS a título de "Ressarcimento ao SUS", que trata o artigo 32 da Lei nº 9.656/98. A Operadora não atribuiu prognóstico de risco por se tratar de garantia da efetivação da tutela jurisdicional.

5. Outros depósitos
A Operadora possui demandas as quais precedem de depósitos judiciais para garantia da efetivação da tutela jurisdicional, motivo pelo qual, a Operadora não atribuiu prognóstico de risco.
Em 31 de dezembro de 2015, a Operadora apresenta outras ações de naturezas cíveis e trabalhistas no montante total reclamado de R\$209.054 (R\$137.966 em 2014), de que acordo com consultores jurídicos da Operadora apresentam probabilidades de perda possível, motivo pelo qual não se encontram provisionadas.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Patrimônio social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social é de R\$621.910 (R\$405.699 em 2014) totalmente subscrito e integralizado, representado por 458.241.495 (322.259.673 em 2014) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Segue movimentação das quantidades de ações da Companhia:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	127.284.277
Emissão de ações - incorporação (Bain Capital Brazil Participações Ltda.)	194.975.396
Saldo em 31 de dezembro de 2014	322.259.673
Emissão de ações - incorporação (Notre Dame Seguradora S.A.)	135.981.822
Saldo em 31 de dezembro de 2015	458.241.495

b) Reserva de capital
Foi constituída em virtude de parte da incorporação do acerto acervo líquido da Bain Capital Brazil Participações Ltda., conforme descrito na nota explicativa nº 1, decorrente da variação patrimonial entre a data do laudo de 31 de outubro de 2014 e a data do evento ocorrido em 30 de novembro de 2014.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 31 de março de 2015, a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. incorporou a Notre Dame Seguradora S.A., com o acervo líquido de R\$ 216.211 com data-base em 28 de fevereiro. O montante de R\$ 2.909 refere-se ao resultado apurado na Notre Dame, entre a data da base do acervo líquido contábil e a data da realização da incorporação em 31 de março de 2015.

Em virtude da incorporação reversa ocorrida em 31 de março de 2015, o valor do investimento referente à Notre Dame Intermédica Saúde S.A. contabilizado na incorporada Notre Dame Seguradora S.A. gerou uma reserva no montante de R\$ 8.351.

Esta Reserva será realizada para futuro aumento de Capital conforme previsto na Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76

c) Reservas de lucros
Correspondem à parcela do lucro líquido remanescente, após as deduções legais e a constituição da reserva legal, ao final de cada exercício social, com o propósito de manutenção do capital de giro ou de futura deliberação dos acionistas.

(i) Reserva legal - constituída obrigatoriamente pela Operadora, com a retenção de 5% do lucro líquido do exercício, deduzidos do prejuízo acumulado, até que seu valor atinja 20% do capital social.
(ii) Reserva estatutária - conforme Estatuto Social vigente, a Assembleia Geral decidirá sobre o saldo dos lucros remanescentes, após a dedução de prejuízos acumulados e destinação de reserva legal, a atribuição à reserva (retenção de lucros) para futuros aumento de capital, futuros abatimento de prejuízos ou a distribuição complementar de dividendos.

d) Destinação do lucro
O estatuto social da Operadora prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório, de no mínimo 5% sobre o lucro líquido a ser distribuído, observado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

De acordo com a legislação brasileira, a Operadora poderá distribuir juros sobre o capital próprio ("JCP") sendo esta distribuição sujeita ao imposto de renda na fonte (IRRFF) à alíquota de 15% sobre o valor deliberado. Em 2015 a Operadora pagou o montante de R\$ 28.435 (R\$ 24.170 líquido do imposto de renda retido na fonte), em 2014 pagou R\$ 6.380 (R\$ 5.423 líquido do imposto de renda retido na fonte).

A seguir, as deliberações a título de dividendos e juros sobre capital próprio:

Aprovação	Tipo	Data	Data de pagamento	Competência	
				2015	2014
AGE	Dividendos	01/04/14	05/05/14	-	14.000
AGE	Dividendos	14/05/14	15/05/14	-	8.900
AGE	Juros sobre capital próprio	20/05/14	20/05/14	-	3.450
AGE	Juros sobre capital próprio	31/10/14	31/10/14	-	2.930
AGE	Dividendos	03/11/14	03/11/14	-	4.680
AGE	Dividendos	15/05/15	15/05/15	8.390	-
AGE	Juros sobre capital próprio	30/04/15	30/04/15	6.600	-
AGE	Juros sobre capital próprio	21/05/15	30/05/15	1.015	-
AGE	Juros sobre capital próprio	31/08/15	31/08/15	120	-
AGE	Dividendos	30/10/15	15/11/15	17.520	-
AGE	Juros sobre capital próprio	30/10/15	15/11/15	20.700	-
				54.345	33.960
				2015	2014
Reserva à disposição do acionista no início do exercício				16.912	22.970
Lucro líquido no final do exercício				184.252	19.254
(-) Reserva legal - 5%				(9.213)	(1.463)
				191.951	50.761

Deliberações AGE:
Dividendos aprovados: (25.910) (27.580)
Juros sobre capital próprio (28.435) (6.380)
Total distribuído (54.345) (33.960)
Percentual sobre o lucro disponíveis 28% 67%

e) Reserva de reavaliação
Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o saldo da conta "Reserva de reavaliação", era representado pelo valor líquido dos efeitos tributários sobre as reavaliações de edifícios e estava representado por R\$5.378.
Em 30 de dezembro de 2015, com a baixa dos imóveis reavaliados, a reserva de reavaliação também foi baixada juntamente com os efeitos tributários.

f) Margem de solvência

	2015	2014
Patrimônio líquido	827.055	486.379
Adições:		
(+) Obrigações legais classificadas no passivo não circulante	47.167	53.496
Deduções:	(321.763)	(27.766)
(-) Despesa de comercialização diferida	(36.452)	(3.983)
(-) Participações em entidades reguladas	(261.293)	-
(-) Ativo não circulante intangível	(22.594)	(22.657)
(-) Despesas antecipadas	(1.424)	(1.126)
Patrimônio líquido ajustado	552.459	512.109
a) 0,20 média dos prêmios retidos dos últimos 12 meses	526.564	343.879
b) 0,33 média dos sinistros retidos dos últimos 36 meses	501.361	452.833
Margem de solvência 48,38% (41,00% em 2014)	254.752	185.662
Suficiência de capital	297.707	326.447

22. CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	2015	2014
Contraprestações emitidas de assistência à saúde	2.736.232	1.801.861
Contraprestações canceladas	(26.460)	(11.740)
Contraprestações de assistência à saúde - transferidas	3.450	3.453
Contraprestações de assistência à saúde - atenuadas	(80.402)	(74.252)
2.632.820	1.719.322	1.801.861

23. EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS

	2015	2014
Eventos conhecidos - individual	98.187	96.372
(-) glosa	(18.221)	(8.282)
Eventos conhecidos - coletivo	2.027.249	1.318.114
(-) glosa	(128.428)	(49.440)
(-) Co-participação	(24.169)	(23.095)
SUS	(101)	11.866
Variação PEONA	11.846	913
Depreciação e amortização	(12.526)	(12.523)
1.953.737	1.333.925	1.801.861

A DIRETORIA

Aos Administradores e Acionistas da **Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (anteriormente denominada Intermédica Sistema de Saúde S.A.)** São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Notre Dame Intermédica Saúde S.A. ("Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Abertura dos eventos indenizáveis de acordo com a natureza dos planos:
(Preenchido com valores líquidos de Glosas, Recuperação por Co-participação e Outras Recuperações)

	Consulta médica		Exames	Terapias	Interna-ções	Outros atendimentos	Demais	Total
	2015	2014						
Planos Individuais/familiares antes da Lei: 41111101								
Rede própria	(2.779)	(2.120)	(36)	(7.063)	(1.449)	-	-	(13.445)
Rede contratada	(3.909)	(4.894)	(546)	(72)	(441)	(563)	-	(10.429)
6.688	(7.014)	(584)	(7.135)	(1.890)	(563)	-	-	(23.874)

Planos Individuais/familiares Pós Lei: 41111102								
Rede própria	(5.940)	(5.615)	(68)	(17.603)	(4.357)	-	-	(33.273)
Rede contratada	(7.632)	(11.768)	(1.475)	(2.034)	(1.956)	(2.169)	-	(27.344)
Reembolso	4.599	(61)	(61)	(172)	320	-	-	4.625
(8.973)	(17.444)	(1.604)	(19.809)	(5.993)	(2.169)	-	-	(55.992)

Planos Coletivos Empresariais antes da Lei: 41111105								
Rede própria	(2.752)	(4.520)	(370)	(8.587)	(2.729)	-	-	(13.711)
Rede contratada	(1.303)	(4.428)	(1.009)	(4.857)	(2.224)	(182)	-	(13.462)
(4.237)	(4.978)	(1.379)	(13.444)	(2.953)	(182)	-	-	(27.173)

Planos Coletivos Empresariais Pós Lei: 41111106								
Rede própria	(96.156)	(120.535)	(3.302)	(211.628)	(107.700)	-	-	(539.321)
Rede contratada	(284.279)	(332.256)	(49.126)	(455.056)	(138.888)	(9.995)	-	(1.269.600)
Reembolso	(12.370)	(1.471)	(3.683)	(8.210)	(298)	-	-	(26.032)
(392.805)	(454.262)	(56.111)	(674.894)	(246.886)	(9.995)	-	-	(1.834.953)

Total dos planos por natureza								
PEONA	-	-	-	-	-	-	-	(11.846)
SUS	-	-	-	-	-	-	-	101
(412.703)	(483.698)	(59.678)	(715.282)	(257.722)	(12.909)	(1.941.992)	(182)	(1.953.737)

24. DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO

	2015	2014
Remuneração - pessoal próprio	(4.573)	(2.688)
Apropriação despesa de agenciamento diferido	(25.159)	(631)
Comissão e agenciamento	(75.551)	(68.027)
(105.283)	(71.346)	-

25. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2015	2014
Pessoal	(179.683)	(139.229)
Serviços de terceiros	(79.305)	(82.333)
Localização e funcionamento	(17.965)	(7.232)
Tributos	(8.459)	(3.598)
Publicidade e propaganda	(9.849)	(2.592)
Provisão para contingências	(28.862)	(23.982)
Depreciação e amortização	(9.645)	(8.124)
Outras	(4.399)	(5.921)
(338.167)	(273.011)	-

26. RESULTADO FINANCEIRO

	2015	2014
Receitas com aplicações financeiras	51.518	17.654
Juros recebidos	8.046	6.280
Atualização monetária de depósitos judiciais	7.063	7.803
Variações monetária ativas	648	4.499
Ajuste a valor presente	196	-
Outras	6.680	1.523
(74.151)	(37.759)	-
Custos financeiros debêntures	(7.409)	-
Variação monetária passiva	(9.641)	(5.446)
Tarifas bancárias	(1.971)	(1.689)
Descontos concedidos	(356)	(639)
Multas	(1.883)	(7.562)
Outras	(1.495)	(704)
(22.755)	(16.040)	-
Resultado financeiro líquido	51.396	21.719

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

a) A despesa com tributos incidentes sobre o lucro do exercício é demonstrada como segue:

	2015		2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos e após participações	263.386	263.386	43.895	43.895
Juros sobre capital próprio	(28.435)	(28.435)	(6.380)	(6.380)
Adições (exclusões) permanentes	12.			